

**CORPOS COM HISTÓRIA: PENSANDO O
MOVIMENTO TRAVESTI E TRANSEXUAL
ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE
MARCELLY MALTA**

Augusta da Silveira de Oliveira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na UFRGS, com bolsa do CNPq. Possui experiência na área de História das Mulheres e Estudos de Gênero. E-mail: augustaslvr@gmail.com

CORPOS COM HISTÓRIA: PENSANDO O MOVIMENTO TRAVESTI E TRANSEXUAL ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE MARCELLY MALTA**BODIES WITH HISTORY: THINKING THE TRANVESTITE AND TRANSEXUAL MOVEMENT THROUGH MARCELLY MALTA'S LIFE STORY**

Augusta da Silveira de Oliveira

RESUMO

Esse artigo pretende refletir sobre os movimentos sociais de travestis e transexuais a partir da trajetória pessoal de uma militante do movimento no Rio Grande do Sul, Marcelly Malta. Assim, pensando sobre as intersecções entre subjetividades e política/movimentos sociais, podemos abordar a diversidade de identidades e modos de ser que compreendem a existência travesti e transexual e, ao mesmo tempo, pontos em comum nessas trajetórias, como a violência policial, prostituição e a epidemia de AIDS. Dessa forma, podemos buscar compreender a necessidade de demandas que presumem sujeitos coletivos “essenciais” para os movimentos sociais, ao invés do reconhecimento da pluralidade e fluidez das identidades.

PALAVRAS-CHAVE: História; Gênero; Movimentos Sociais; Transexualidade.

ABSTRACT

This article intends to reflect on the transvestites and transsexuals social movements from the personal trajectory of activist Marcelly Malta, from Rio Grande do Sul. Thus, thinking about the intersections between subjectivities and politics/social movements, we can approach the diversity of identities and modes of being that comprise transvestite and transsexual existence and, at the same time, points in common and convergences in these trajectories such as police violence, prostitution and the AIDS epidemic. In this way, we can seek to understand the need for demands that presume an essentialism in collective subjects for social movements, rather than the recognition of the plurality and fluidity of identities.

KEY WORDS: History, Gender, Social Movements, Transexuality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca refletir sobre os movimentos sociais de travestis e transexuais, considerando como relevante as trajetórias pessoais que compuseram e influenciaram o andamento do movimento. Nesse caso, a vida de Marcelly Malta, militante do movimento travesti em Porto Alegre desde a década de 1980, fundadora e atual presidente da Igualdade-RS (Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul). A trajetória deste sujeito histórico pode servir para pensarmos os atravessamentos entre política/movimentos sociais e subjetividades. No relato, revela sua experiência enquanto profissional do sexo, a relação com a violência policial e a convivência próxima com a AIDS, aspectos determinantes de uma trajetória que se mistura com a dos movimentos sociais e que se assemelha a de muitas travestis no Brasil.

Inicialmente, é fundamental assinalar em que universo se localiza o movimento LGBT como um todo e o que pautaram suas ações na história recente a fim de compreender de que maneira se relacionam as trajetórias e a importância das identidades para a questão. A principal particularidade do movimento travesti e trans em relação ao movimento LGBT é a importância da questão da identidade de gênero *versus* orientação sexual. Até a década de 1970, a homossexualidade masculina no Brasil se dividia entre a “bicha” e o “bofe” (GREEN, 2000), ou o ativo e o passivo, afeminado e homem. Travestis, transexuais, homens cisgêneros¹, todos eram definidos por suas práticas sexuais, o que permitia, inclusive, que o “bofe”, ativo, não fosse considerado homossexual dada sua posição ativa na relação. Green (2000) narra a mudança desse binômio em direção a um modelo contemporâneo que parte da homossexualidade não mais enquanto prática, mas como identidade que é determinante de comportamentos, círculo social, entre outras variáveis².

A política identitária característica do movimento LGBT, até a década de 1980, foi marcada por representações positivas de homossexuais, como coloca Louro (2001, p. 543): “gays e lésbicas eram representados como ‘um grupo minoritário, igual mas diferente’; um grupo que buscava alcançar igualdade de direitos no interior da ordem social existente. Afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual.”. Louro também cita a

¹ Refere-se aos sujeitos que se identificam com o gênero que foram designados ao nascer.

² Michel Foucault (2015) já descreveu o processo de assujeitamento e constituição de uma identidade, em oposição a práticas determinadas, em sua obra *História da Sexualidade*.

crise desse modelo após o aparecimento da AIDS, o que teria aberto as portas para uma política pós-identitária (*queer*), centrada na desconstrução dessas identidades fixas e da oposição binária heterossexualidade/homossexualidade, pensando a multiplicidade e fluidez compreendidas nas identidades.

Em relação ao movimento transexual e travesti, este esteve diretamente ligado ao surgimento da epidemia de AIDS no Brasil, e, de certa forma, às políticas públicas que envolveram o combate à epidemia. Desse modo, a política identitária ainda faz parte desses movimentos, aparelhada pelo controle da sexualidade patologizada como “de risco”, como é o caso das travestis que são profissionais do sexo (SAMPAIO; GERMANO, 2014). Assim, para o acesso a recursos, editais e mesmo para a construção de políticas públicas, é necessário um essencialismo estratégico que muitas vezes invisibiliza e apaga a diversidade nas trajetórias e identidades da população trans e travesti.

É nesse ínterim que se inserem as trajetórias pessoais que se confundem com os movimentos sociais. Para esse trabalho, além da trajetória de Marcelly Malta, narrada pela mesma em 2015, através do projeto *História de Vida e Ação Política*, realizado pelo Laboratório de Políticas Públicas Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS), recorreremos às vivências trans e travestis em outros locais, bem como outras experiências em movimentos sociais que servirão para enriquecer a análise e os avanços do movimento, assim como a diversidade de suas militantes.

IDENTIDADES E DESCOBERTAS

A trajetória de Marcelly Malta, como narrada pela mesma, inicia no interior, na cidade Mato Leitão, próxima a Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. A iniciação da vida sexual se dá de forma precoce com primos e vizinhos, em uma época e em um local onde não havia a palavra pedofilia ou abuso sexual para descrever esses comportamentos. No relato, ela cita:

Com 8, 9 anos a questão da sexualidade nos guris, na minha época era muito forte. Pra mim, com 8 anos já começou com os primos, parentes, amigos, enfim. Não se falava na questão da pedofilia, na questão do abuso sexual... Eu não sei se posso dizer que fui abusada sexualmente, mas tinha relações sexuais com os meninos. Isso era uma coisa que eu sempre quis ter na minha vida, de ter uma coisa que eu me identificava, não te der uma coisa assim que eu gostava de brincar de boneca (...). (MALTA, 2015)

É comum nos testemunhos de travestis aparecer a questão do abuso infantil e do contato sexual com adultos, embora seja um assunto delicado, de forma alguma possibilitando uma leitura que associe o abuso à identidade travesti como causa-consequência (FERNÁNDEZ, 2004). Marcelly coloca que, à época, pensava ser ela a errada, enquanto os que cometiam o abuso estariam certos, também um sinal do conflito frente à comportamentos que não são o esperado em determinado local. A respeito disso, mas tratando das travestis na Argentina, Josefina Fernández coloca:

Las preferencias sexuales, entonces, intervendrán otorgando a aquellas primeras percepciones una identificación. El reconocimiento de la atracción sexual hacia el mismo sexo es valorado como un atributo que explica aquellas diferencias. Las entrevistadas manifiestan haberse dado cuenta de su gusto por los varones entre los ocho y los diez años. Aquellos juegos y atracciones valoradas como femeninas y definitivamente poco apropiadas para los niños, llegan a ser explicadas cuando las entrevistadas experimentan sus primeros intercambios sexuales y encuentran para éstos una palabra que los identifique: homosexualidad. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 78)³

Assim, a preferência por relações sexuais com homens aproximam, naquele contexto, Marcelly da homossexualidade, talvez por não encontrar espaço para expressar seu gênero da forma desejada dentro do ambiente familiar repressor (FERNÁNDEZ, 2004).

Outra marca da diferença é a identificação com signos considerados femininos, como roupas, brinquedos “de menina” e cabelos compridos, uma marcação externa, para além das práticas sexuais. Marcelly relata a desaprovação do pai frente à preferência por usar cabelos compridos, uma marca reconhecida por ela de feminilidade:

O pai não aceitava a questão dos cabelos compridos, e eu amava andar de cabelo comprido. E o pai dizia não, tem que cortar esse cabelo porque homem anda de cabelo curto, raspado. Eu me lembro de uma época eu tava numa revolta tão grande que meu cabelo chegou até o ombro, e eu amarrava ele. Aí o professor mandou um bilhete pra direção, a direção chamou o pai e a mãe que eu não podia mais entrar na escola por causa do cabelo comprido. (...) (MALTA, 2015)

Embora não tenha se detido nessas proibições, é na família que a maioria das travestis e transexuais encontram a primeira barreira. Outros relatos também apontam a família enquanto espaço limitado para suas vivências e, assim como cita Marcelly, o pai é, na

³ “As preferências sexuais, então, intervirão outorgando àquelas primeiras percepções uma identificação. O reconhecimento da atração sexual em relação ao mesmo sexo é considerado um atributo que explica aquelas diferenças. As entrevistadas manifestam terem se dado conta de seu gosto pelos meninos entre os oito e dez anos. Aqueles jogos e atrações consideradas como femininas e definitivamente pouco apropriadas para os meninos chegam a ser explicadas quando as entrevistadas experimentam suas primeiras trocas sexuais e encontram para essas uma palavra que as identifique: homossexualidade” (tradução nossa).

maioria dos casos, o que mais se opõe aos comportamentos que não se encaixam no padrão normativo. Hernández coloca que

En términos generales, la familia del conjunto de las travestis que participaron en esta investigación se compone de padre, madre y hermanos/as y, en muchos casos, se presenta al primero como el responsable más importante del sufrimiento ocasionado a aquel que aparece como un niño diferente: ‘Yo le tenía odio a mi papá porque me llevaba a cortarme el pelo, me ponía zapatitos, patalón, cinto, camisa y pelo cortito. Yo era un solo llanterío’ (HERNÁNDEZ, 2004, p. 80)⁴

Trabalhos que tratam da travestilidade corroboram com a importância do papel da família para se assumir-se e como é dentro desse círculo que se encontra o primeiro apoio ou os primeiros limites (HERNÁNDEZ, 2004; BÖER, 2003; GREEN, 2000). Por falta de apoio familiar, muitas travestis perdem esses laços, constituindo outras configurações familiares e uma extensa rede de assistência mútua (BENEDETTI, 2005). No geral, tanto na escola como no ambiente familiar, a identidade dissidente e os comportamentos não conformativos são causa de conflito e, na maioria das vezes, responsáveis pela saída de casa precoce, interrupção dos estudos e o início na prostituição como forma de subsistência, dada a marginalização da população.

Embora seu relato não tenha transições definidas, o próximo grande tema é a prostituição. Apesar do trabalho como auxiliar serviços gerais e, mais tarde, auxiliar de enfermagem, é ao chegar em Porto Alegre para trabalhar na Santa Casa de Misericórdia que a trajetória de Marcelly se encaminha para sua transformação.

PROSTITUIÇÃO

Para Marcelly, há um sentimento de gratidão e reconhecimento em relação a prostituição que, ao longo da vida, possibilitou que ela pudesse adquirir bens, imóveis e estabilidade financeira, por isso a luta para que o trabalho sexual seja reconhecido como uma profissão como qualquer outra. Falando de sua vinda para Porto Alegre, para trabalhar como auxiliar de serviços gerais, Marcelly conta que logo após sua chegada, através de um colega de quarto também homossexual, descobriu no trabalho sexual uma possibilidade de ganhar

⁴ Em termos gerais, a família do conjunto das travestis que participaram dessa pesquisa se compõe de pai, mãe e irmãos/irmãs e, em muitos casos, é o primeiro o responsável mais importante pelo sofrimento ocasionado àquele que aparece como um menino diferente: ‘Eu tinha ódio de meu pai porque me fazia cortar o cabelo, me colocava sapatos, calças, cinto, camisa e cabelo curto. Eu fazia uma choradeira’ (tradução nossa).

mais dinheiro, onde chegava a ganhar em uma noite o valor que recebia por um mês inteiro de trabalho na Santa Casa. Há um tom de glamourização em relação ao trabalho sexual, embora esse tenha sido largamente marginalizado historicamente:

Aí um dia, ele já era maior de idade e disse assim pra mim: “tu tem um olho tão lindo, seria uma travesti belíssima. Imagina deixar o cabelo crescer e a gente ir de noite batalhar, tu sabe o que é isso?”. E eu disse não, não sei o que é isso. Aí ela já pegava e fazia viração (...), se chamava trottoir. Aí ai, vou te levar pra tu ganhar um dinheiro. Eu lembro que a gente começou na caixa d’água, no Moinho de Vento, e a gente começou a trabalhar lá. Eu achei um máximo, achei um luxo. Imagina, os homens parando, eu novinha, 15 pra 16 anos, e podendo sair com homens, ter relações sexuais e eles ainda te darem um bom dinheiro. (...) (MALTA, 2015)

Ser travesti para Marcelly era sinônimo de trabalho sexual. Ganhar dinheiro para “sair com homens” implicava em investir num corpo desejável, a ser trabalhado e que presumia uma certa aparência, como relata a respeito do início na prostituição:

Pra mim naquela época foi um luxo, maravilhoso. Eu tinha que trabalhar, a gente saía cedo, em torno de sete e meia, oito horas, da noite, pra gente chegar no ponto oito horas pra trabalhar. Aí que eu comecei a conhecer realmente o que era uma verdadeira travesti. Eu disse assim, meu deus, sou muito feia perto dessas travestis. (...) Eu queria me transformar, daí eu comecei a me transformar. (MALTA, 2015)

É através da prostituição que Marcelly toma consciência do que é ser travesti, uma materialização de gênero ligada à transformação corporal. Para exercer o trabalho sexual, ela ressalta a necessidade de tomar hormônios, injetar silicone, deixar crescer os cabelos; mudanças que deveriam ser escondidas durante o dia, enquanto ainda trabalhava como auxiliar. Até a década de 1960, ser travesti implicava em uma transformação temporária, como coloca a travesti Rubina:

Não existia peruca, era cabecinha Joãozinho. Era franjinha, eu deixava o cabelo crescer um pouco... eu sempre fui normal, porque eu trabalhava, né? De noite eu me transformava, festa, coisa e tal, ou pro boteco, daí me pintava, ajeitava o cabelinho na testa, aquela coisa [...] Ah, na rua tu tinhas que andar de machinho, né? Se pintasse a cara, qualquer coisa, e fosse num bar, eles te prendiam. (BÖER, 2004, p. 34)

Mais tarde, com a chegada de shows de travestis internacionais e do eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Porto Alegre, foram se popularizando e difundindo entre as travestis os conhecimentos a respeito da hormonoterapia e da modificação corporal. Marcelly, possuindo livre acesso à medicamentos por conta de seu trabalho na Santa Casa, passa a utilizar a hormonoterapia como forma de modificação corporal. As transformações a aproximaram de um modelo de feminilidade, uma experiência difícil de ser alcançada em

momentos anteriores da vida. Os cabelos passam a ser usados longos, sem mais a preocupação com o descontentamento do pai:

Na Santa Casa era assim, a farmácia não era muito controlada (...) Onde a gente achava o Premarin 50mg, a gente tomava. Chegava a tomar uma caixa por dia. E o peito começou a vim e eu “meu deus, o que tá acontecendo?”. (...) Aos poucos a questão da hormonoterapia, tanto o masculino como feminino, quem toma se transforma. A gente ficava com a pele mais bonita, o cabelo começou a crescer, nunca mais cortei o cabelo. Só que naquela época o cabelo tinha que ser amarrado e usar uma boina, boné, alguma coisa a gente tinha que usar, ou eu usava um lenço pra trabalhar. (...) (MALTA, 2015)

A questão do corpo das travestis já foi explorada por Marcos Benedetti (2005) ao falar de uma “fabricação” de um corpo feminino, um processo social de fabricação do gênero, estilizado a fim de condizer com a identidade em questão. Benedetti trata do processo de significação de ações como a retirada dos pêlos, emprego de roupas e maquiagem, uso de hormônios e silicone para a construção da identidade travesti e dum ideal próprio de feminilidade. A própria hormonoterapia pode ser vista como um veículo para alcançar essa feminilidade desejada (BENEDETTI, 2005).

Marcelly também cita a cafetinagem em sua trajetória como profissional do sexo, muitas vezes pagando diárias para poder viver e atender clientes em determinado local, uma prática ainda comum entre as travestis, muitas vezes um primeiro espaço de inserção e sociabilidade, onde se estabelecem relações e trocas. O livro de Alexandre Böer (2004), que busca recompôr o cenário da prostituição de travestis em Porto Alegre, conta com depoimentos de travestis e cafetinas que atuaram na cidade desde a década de 1960. Na maioria das vezes, atender clientes nesses estabelecimentos era mais seguro do que ficar à mercê da polícia nas ruas e pontos de prostituição, além do fato de muitos motéis não aceitarem homens acompanhados de travestis (BÖER, 2004, p. 58). Além disso, a figura da cafetina como “mãe” que protege e introduz a travesti no meio da prostituição é muito recorrente, como nesse relato de “Vó Edith”, cafetina de Porto Alegre: “Eu era uma mãe pra elas... elas nunca encontraram quem lutasse tanto por elas que nem eu. Era na polícia... morria, era eu que fazia o enterro.” (BÖER, 2004, p. 61).

Por fim, também é marcante a tentativa de ganhar a vida no exterior, viajando para a Europa para prostituir-se na década de 1990. Embora esse movimento tenha sido pouco estudado (VARTABEDIAN, 2016), o Brasil teve, a partir da década de 1970, um grande

número de travestis que foram prostituir-se em países como a Espanha e França e, mais tarde, a Itália (GREEN, 2000, p. 404). A travesti “européia” ganha distinção entre as outras, uma espécie de refinamento burguês, “um ponto de viragem, promovendo-as no mercado sexual brasileiro, não só pela sua passagem por lá, mas por possibilitar transformações radicais no corpo” (PELÚCIO, 2007, p. 108). Marcelly atribui a essa decisão uma urgência de viver e de realizar-se frente à mortalidade e ao perigo da epidemia da AIDS:

Quando começou a epidemia da AIDS nos anos 80, eu sempre digo, as pessoas morriam, as travestis morriam, a população de gays morria e a gente não sabia o que era. Depois a gente foi pensar “do que essa travesti morreu?”. Já existia a epidemia da AIDS, acredito que começou em 78, porque muitos amigos meus morreram. A gente sempre fala a nível nacional que a epidemia de AIDS começou nos anos 80. Que que era, né? Eu comecei a me acordar a questão da epidemia da AIDS quando eu vi o Cazuzza morrendo. Eu comecei a me acordar pra vida, quando pensei “eu não tenho nem apartamento próprio, moro de aluguel, e as travestis indo pra Europa e voltando rica, com carro, apartamento, peito, plásticas e tudo mais. E eu falei “sabe de uma coisa? Vou largar o estado e vou embora pra Europa”. Porque eu disse assim, eu vou morrer qualquer dia, né? Nunca usei camisinha na vida. A AIDS tá aí, a epidemia da AIDS tá aí, as travestis tão morrendo. Minhas amigas, eu não tenho mais amigas daquela época, que eu possa dizer que estão vivas pra contar a história, não tem. (...) (MALTA, 2015)

Numa época em que ser diagnosticado com HIV significava uma morte anunciada (SEFFNER, 1995), a Europa, portanto, aparece como uma válvula de escape e uma possibilidade de ganhos reais materiais em relação à situação precária das trabalhadoras sexuais travestis no Brasil. A essa vivência, Marcelly credita ter adquirido bens para si mesma e para a família para voltar ao Brasil com segurança financeira, visto que tem consciência da efemeridade de uma profissão que valoriza as mulheres somente enquanto jovens e “desejáveis” para os homens, padrão que afeta tanto mulheres travestis como mulheres cisgêneras.

VIOLÊNCIA POLICIAL E INSTITUCIONAL

Marcelly se detém no que diz ser a pior parte de sua trajetória, suas interações com a polícia. Desses encontros, Marcelly relembra a perseguição policial sofrida por ela e por outras travestis que se prostituíam nas ruas de Porto Alegre. A vida enquanto profissional do sexo e travesti na década de 1970, como no caso de Marcelly, é marcada pelo período mais duro da ditadura militar brasileira.

James Green e Renan Quinalha (2014) já dedicaram um trabalho para estudar os mecanismos de repressão e aniquilamento da população LGBT empreendidos pelo Estado ditatorial, bem como os movimentos sociais, sobretudo de homens cisgêneros gays, que passaram a atuar nessa época. Dessa forma, houve nesses anos por parte do Estado, além da repressão historicamente conhecida,

a inclinação em ver o comunismo e os inimigos da segurança nacional atrás do comportamento e, ultimamente, o movimento homossexual. A associação da homossexualidade, particularmente, a homossexualidade masculina e transgressões estereotipadas das normas de gênero, com a subversão esquerdista, a degenerescência e o comunismo internacional já datava de várias décadas no Brasil, vinda do início do anticomunismo nacional. Quando o golpe chegou, em 1964, as forças policiais puderam recorrer a uma tradição de vincular atividade homossexual não só com patologia, mas também com ameaças à segurança e viabilidade do Brasil. (COWAN, 2014, p. 49)

Nesse ínterim, a perseguição das travestis fez parte da política de Estado do período, manifestada em prisões arbitrárias, narradas por Marcelly como um problema diário, enquadradas sob o crime de vadiagem e encaminhadas para a delegacia de costumes, como coloca:

Mas o mais difícil de toda minha vida foi a trajetória da polícia, mais a polícia civil naquela época existia a CRV (...) onde que as travestis iam presas, levadas pro “costume” (...). Eu me lembro várias histórias, as travestis todas elas iam presas e pulavam a janela do primeiro andar até o térreo. Eu nunca tive coragem de fazer isso. A polícia não permitia a questão da prostituição e é por isso que a gente ia presa, a maioria das vezes a polícia pegava teu dinheiro que tu ganhava, revistava tua bolsa e levava todo o dinheiro que tu tinha. A Brigada Militar não fazia isso, só a polícia civil, por isso hoje o maior medo que eu ainda tenho, o maior trauma da minha vida foi com a polícia civil. (MALTA, 2015)

Não só em Porto Alegre, é possível relacionar essa realidade à de outras cidades no mesmo período. Quando fala sobre a perseguição aos homossexuais e às travestis em Belo Horizonte, Luiz Morando coloca:

A repressão a esse seguimento seguiu diretrizes municipais - incentivadas pelo discurso de defesa dos bons costumes, da moralização, da preservação das famílias - às quais foram sobrepostas diretrizes alinhadas com o pensamento conservador gerado a partir do movimento golpista de 1964 por meio dos departamentos de censura e da força policial. (MORANDO, 2014, p. 79)

No Uruguai, Diego Sempol (2013) também mostra que a violência de Estado se manifestou de maneira semelhante, com estupros, sequestros e uma perseguição que durou até praticamente 2005.

Para a polícia, portanto, o crime não estava na prostituição, mas sim em ser travesti e circular fora da combinação rua-noite-prostituição. A “afrenta aos bons costumes” só se aplicava à luz do dia, na cidade, visto que à noite e nas delegacias o comportamento dos policiais não correspondia com o discurso moralista.

Mais sério ainda, e talvez o mais agravante, seja o fato de que, para não ser presa, era preciso que Marcelly mantivesse relações sexuais com os policiais, como narra:

Na madrugada quando a gente voltava pra rua, tinha a questão que tu tinha que ter relações sexuais com a maioria dos policiais que te abordavam na rua. Isso era uma parte que era muito ruim, porque eles não te pagavam pra ter relação, tu perdia teu tempo, tava lá na rua pra ganhar teu dinheiro, e tinha que ter relação com 5, 6... eu já tive relação com 10, 12 brigadiano, relações sexuais forçadas. Forçadas no sentido, “ó, a gente vai te levar presa”. Muitas, praticamente todas as noites que eu ia presa. (MALTA, 2015)

Quando presas, uma das soluções para chamar a atenção das autoridades e conseguir sair da prisão de alguma forma era a automutilação. Embora Marcelly admita nunca ter se cortado para sair da prisão, para algumas travestis como Cláudia, era a única alternativa viável para evitar o encarceramento prolongado:

A primeira vez que eu cortei meus braços eu estava na ilha, eu peguei uma gilete, eu consegui uma gilete e cortei os pulsos, aí um guarda... o segurança... o nome dele era Cantuário... e quando eu me cortei, ele me pôs na lancha, eu nunca vou esquecer. Ele fumava cigarros Shelton Longo, ele deu três baforadas no cigarro que ficou aquela brasa grandona e ele encostou na minha orelha. Me queimou, apagou o cigarro na minha orelha por eu ter me cortado. Eu me atraquei nele, me revoltei, eu disse: ‘Ele vai ver só o que eu vou fazer!’. Quando eu cheguei no Pronto Socorro, que eles me levaram pro Pronto Socorro pra dar pontos, eu passei a mão num bisturi e corri por dentro do Pronto Socorro todo, com o bisturi na mão... mas lógico que não ia passar o bisturi, mas só para deixar ele mais irritado... Me pegaram depois que eu corri por dentro do Pronto Socorro todo, eles me pegaram e perguntaram por que eu estava fazendo aquilo. Eu disse que eu não queria voltar pra lá, porque ele ia me matar, porque ele era muito severo, ele era muito ruim. [...] Eu me cortei porque eu já estava muito tempo presa na ilha, já fazia mais de semanas que eu tava presa na ilha e não saía... Era pra chamar a atenção, fazer alguma coisa, sair no jornal. Hoje em dia a gente procura os Direitos Humanos, mas naquela época não tinha nada disso, a gente tinha que procurar a gente própria, fazer alguma coisa, procurar um advogado [...]” (BÖER, 2004, p. 49)

Aparece no relato de Cláudia, bem como testemunho de Marcelly, a sensação de abandono e de abuso por parte do poder público, personificado pela polícia, visto que em todas as instâncias as travestis eram minimizadas, violentadas e preteridas por sua identidade e por exercerem o trabalho sexual. Marcelly cita várias vezes ao longo de seu relato o fato de achar que “eles estavam certos e eu estava errada”, por isso a falta de ação e questionamento mais profundo frente às violências diárias enfrentadas na rua:

Eu não entendia o que era política, o que era direitos humanos, onde reclamar quando eu apanhava. Muito apanhei, né, da polícia civil: tapa na cara, chute, quebrar teu salto, jogar pro outro lado da rua... Essa era uma das piores coisas que eu achava naquela época. Eu sempre pensava que eu estava errada, não tinha ninguém pra falar por nós. A gente lia, eu lembro que era a TV preto e branco quando os padres, a faculdade falava por nós, a universidade. Então falava o que a gente era: a pior espécie da sociedade, era o lixo da sociedade. Inclusive uma vez uma amiga minha, a Sara Jane, ela foi morta com 42 facadas, ela foi uma das minhas melhores amigas, porque ela se assumia durante o dia, não tinha medo de sair.

Porém, de que forma essa trajetória em específico contribui para pensarmos o movimento de travestis e transexuais como um todo no Rio Grande do Sul? De que forma podemos pensar suas condições de emergência através da subjetividade individual de uma pessoa profundamente ligada às suas ações?

MOVIMENTOS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS

A trajetória de Marcelly, trazendo um sujeito perseguido pela polícia, afastado do Estado e dos serviços públicos, é marcada pelo não-pertencimento. Ao longo de seu relato, diversas vezes Marcelly menciona que nenhuma dessas violências lhe parecia imprópria ou ilegal, há sempre a ideia de que a polícia estava agindo de forma “correta”, apesar dos diversos abusos cometidos e das perseguições. Sem saber o que era dever do Estado e do poder público, por muito tempo as travestis e a população LGBT no geral esteve à mercê dos que a queriam controlada, sem interferir na moral das “famílias de bem”.

Podemos, a partir disso, pensar o quanto essa posição de Marcelly pode ser relacionada com o conceito violência simbólica (BOURDIEU, 2003), uma forma de violência reconhecida por sua imposição social a partir de um conjunto de valores e crenças. Nesse caso, uma relação estabelecida de dominação por parte do Estado e da polícia que, para Marcelly, era normal. Embora a violência física não esteja compreendida no conceito de Bourdieu e seja fundamental na repressão à população trans e travesti, é mister reconhecermos o papel do poder exercido pela polícia e pelo Estado na naturalização das relações de dominação que marginalizam a população em questão.

Enquanto o movimento homossexual teve sua emergência nos anos finais da ditadura, lutando por visibilidade, pela não discriminação e por direitos dos casais homoafetivos, o movimento de travestis e transexuais aparece, segundo Mario Carvalho (2011) através de dois modelos hegemônicos:

Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo. Assim, o binômio violência policial/AIDS se torna pedra fundamental da constituição do movimento que com o passar dos anos seria capaz de desenvolver outras bandeiras de luta. (CARVALHO, 2011, p. 28)

Conhecer a trajetória de Marcelly é fundamental para compreender o que a levou à posição de liderança e influência dentro do movimento. Foi trabalhando na Santa Casa e como auxiliar de enfermagem que ela ficou conhecida e virou referência para as travestis que realizavam trabalho sexual. Quando nas décadas de 1970 e 1980 era impensável que essas travestis acessassem o serviço de saúde com a garantia de serem acolhidas, terem respeitado seu nome social, ou como Marcelly coloca: “com ninguém para falar por nós”, era ela quem conseguia as medicações para o tratamento da sífilis, entre outras doenças que eram comuns entre as travestis profissionais do sexo na era pré-AIDS.

A epidemia de AIDS catalisou essa ação individual e, através das reuniões semanais de travestis no *GAPA* (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), houve interesse do grupo para que fosse criada uma associação que aglutinasse as principais demandas do grupo. O *GAPA*, como coloca Fernando Seffner (1995) foi central para o enfrentamento da epidemia, inicialmente focando suas ações “em garantir atendimento adequado e digno para as pessoas doentes de AIDS” (SEFFNER, 1995, p. 69) e, mais tarde, na luta por disponibilidade de medicamentos e leitos para as pessoas soropositivas nos hospitais. A presença de prostitutas e travestis dentre usuários do sistema transcendia a questão da AIDS, passando, principalmente, pelos problemas cotidianos relacionados ao trabalho sexual, como cita Seffner:

As reivindicações de travestis e prostitutas iam muito além dos problemas relacionados à AIDS, dizendo respeito mais fortemente a questões ligadas à violência policial, segurança, assistência social e de saúde, o que obrigou a entidade a se envolver em reuniões com a Brigada Militar e outros órgãos, construindo uma posição de solidariedade junto a grupos tradicionalmente marginalizados. (SEFFNER, 1995, p. 71)

É nesse espaço que, semanalmente, as travestis discutiam questões pungentes de suas vivências e trajetórias. Marcelly cita que no *GAPA* houve uma percepção geral de que somente as travestis poderiam falar por elas mesmas, sobre suas necessidades e seus corpos. Assim, organizam a criação da *Igualdade*, em 1999, associação cujo trabalho era, de acordo com Marcelly, principalmente de atenção e prevenção da AIDS entre as travestis e transexuais, influenciada por sua vivência e experiência com a área da saúde:

Voltei pra prostituição, mas a epidemia da Aids tava tão grande que eu vi minhas amigas que eu deixei em 2 anos eu não vi mais nenhuma. Aí eu conheci o Gerson Winckler, que foi o primeiro presidente do GAPA, e ele disse “Marcelly, tu é uma agente de saúde e quero que tu trabalhe comigo na questão da prevenção com a população de travestis”. Foi isso que eu comecei a lutar, já nos anos 80, eu tava meio assim “vou trabalhar de dia e tarde e de noite, na prostituição”. Elas achavam nos anos 80, quem não conhece Benzetacil, é uma das medicações da sífilis, uma das medicações que as travestis mais usavam. Eu pegava dentro do posto de saúde, pegava de noite e aplicava nelas. A questão da sífilis era maior que hoje (...) Outra coisa que a gente tinha, que eu esqueci de falar, tanto as travestis como as prostitutas é uma carteirinha amarela, do Posto de Saúde Modelo. E que a gente tinha que apresentar esse documento que tu não tinha sífilis. (...) (MALTA, 2015)

Além da prevenção e cuidados em relação à AIDS para as profissionais do sexo, é importante salientar o papel cada vez mais central que a luta por cidadania foi tendo para o movimento. Demandas como a da retificação do nome e gênero em documentos civis mostram como as identidades passam a ter importância dentro da militância a partir do momento que demandas mais imediatas, como a prevenção da AIDS e a violência policial são contempladas através de editais de fomento, parcerias com o Ministério da Saúde e uma relação mais próxima com o Estado e, por consequência, as forças policiais. Marcelly inclusive esteve diretamente em contato com a Brigada Militar no Rio Grande do Sul, dando cursos de formação para novos policiais como forma de coibir a ação violência com a população LGBT. Além disso, muitos militantes e ativistas, ao longo dos anos 1990 e 2000, passaram a trabalhar nas novas secretarias, coordenadorias, entre outras pastas municipais e estaduais, de Direitos Humanos, processo já descrito por Fernando Seffner (1995).

O movimento de travestis e transexuais só pôde lutar por direitos a partir da percepção individual das pessoas envolvidas, mesmo que reunidas em grupo, de que eram indivíduos aptos a exercê-los livremente, uma luta pela cidadania plena, pensada aqui como o “direito a ter direitos” (ARENDR, 1978). Marcelly reconhece os ganhos do movimento ao longo dos anos, inclusive a emergência da categoria travesti como identitária, visto que antes “era tudo viado”, mas tem consciência da exploração das travestis em qualquer lugar. Há espaço na sua fala inclusive para uma crítica às gerações mais novas, que muitas vezes ignoram ou desconhecem a luta histórica para o acesso a esses direitos para dizer que no estado do Rio Grande Sul as demandas já estão todas atendidas, como no relato:

A igualdade, quando a gente fundou há 17 anos foi a sétima ONG do Brasil de travestis e transexuais. O que a gente faz: o trabalho na questão da prevenção, porque ninguém mais quer saber de prevenção. (...) Vem uma dra e fala que o Rio Grande do Sul é pioneiro em tudo, que as travestis e os homens trans são muito respeitados, que o nome social e o nome civil é respeitado e as portas se abrem, que é às mil maravilhas. Pura balela, tudo mentira. (...) Pra nós fazermos o X

ENTLAIDS aqui em POA há 10 anos atrás, 50 hotéis... sabe quantos hotéis a gente conseguiu? Um. Ah não, tem vaga, pode fazer aqui. A outra liga “Ah, qual é a população que é?” É pra travestis e transexuais. “Não tem”. (MALTA, 2015)

É explícito que há, para Marcelly, um longo caminho até que a cidadania das pessoas travestis e transexuais esteja plenamente assegurada.

Por fim, a questão principal para essa reflexão é a das identidades. Para o movimento LGBT no geral, e para o movimento de travestis e transexuais, nessas novas relações de proximidade com o Estado, o acesso a recursos está condicionado à definição de uma população alvo, de uma homogeneização. Enquanto podemos abordar gênero e suas materializações sob um viés analítico, considerando as relações de poder que atravessam a categoria (SCOTT, 1995), a questão identitária passa também por uma afirmação política, imprescindível para as políticas públicas.

Por identidade, podemos depreender não só uma identificação, mas uma materialidade, categorias políticas que presumem uma essência, uma coerência de práticas sexuais e de gênero, co. Nesse modelo fixo, perdem-se as nuances e existências localizadas fora da heteronormatividade, e daí decorre a importância de, apesar de reconhecer o valor das identidades políticas, colocar em evidência as histórias de vida e trajetórias compreendidas (ou não) dentro desse modelo.

As trajetórias individuais perdem espaço nos movimentos sociais para uma essencialização necessária para vitórias reais e concretas. Ser travesti e transexual não é estável, tampouco padronizado. No geral, as transexuais precisam se enquadrar no discurso médico-psiquiátrico do “transtorno de identidade de gênero” que legitima sua identidade e que as qualifica para a cirurgia de redesignação genital oferecida pelo SUS. Mario Carvalho coloca que:

No processo transexualizador do SUS, o diagnóstico só é concluído após o acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico por um período de dois anos. Acredito que tal atendimento serve como meio de disciplinar esses corpos abjetos a fim de produzir um feminino medicamente desejável. (CARVALHO, 2011, p. 91)

As travestis, que em sua maioria não sentem necessidade de tal cirurgia, não sofrem esse processo de “purificação moral” possibilitado pela medicalização da transexualidade, e lutaram para buscar a desestigmatização da palavra travesti, afirmando-a como identidade, e não como pejorativa ou desqualificadora. Sobre esse processo de resignificação, Sempol (2013, p. 178) contribui colocando que faz parte de “una forma de

dignificación y una experiencia removedora que atravesaba el propio cuerpo, subvirtiendo las inscripciones sociales heteronormativas que lo habían constituido. Un despertar y una reinscripción en la historia y en la cultura”⁵. Mesmo entre as travestis e entre as trans, existem infinitudes de possibilidades de ser determinado gênero. Benedetti (2005), a respeito das travestis, já atentava para a fabricação do gênero através da tecnologia, da experiência, um “fazer-se” que criava gênero.

A questão é que para pensar essas subjetividades, as trajetórias e o tema da identidade,

Partimos do pressuposto que a subjetividade se processa no registro do social e, como tal, é sempre datada historicamente, atravessada por relações de saber/poder/prazer evidenciadas por lógicas discursivas que tanto podem normatizar como singularizar a fabricação de sujeitos. Nesse sentido, a subjetividade não tem nada a ver com a interioridade, com uma essência metafísica de constituição dos sujeitos, pois traz em seu bojo constituinte elementos de classe social, de raça/etnia, de sexo, de sexualidade, de orientação sexual, de gênero, de geração, de grupo, de nacionalidade, enfim, de multiplicidades que implicam uma dimensão rizomática que nos leva a pensar na constituição de sujeitos que não são “uno”, mas expressões de múltiplos devires. (PERES, 2012, p. 541)

Assim, as subjetividades estão condicionadas e são moldadas por diversas variáveis e atravessamentos que fazem parte da construção de nossas histórias pessoais, não regidas por um modelo fixo atrelado à sexualidade e gênero.

Enquanto as trajetórias são plurais e as subjetividades são múltiplas, o movimento de travestis e transexuais, bem como o LGBT de forma mais ampla, exige uma coalizão e coerência necessária para enfrentamentos que resultem em ganhos reais para a população em questão, manifestada muitas vezes num essencialismo que homogeneiza identidades, crítica já pontuada por Judith Butler (2003) e por outros expoentes da teoria queer, buscando desnaturalizar essas categorias, e que serve para pensarmos os movimentos “identitários” como um todo, analisando suas particularidades. Nesse sentido,

dissociando a suposta coerência entre sexo, gênero e desejo, o movimento *queer* mostra como a nossa sociedade, através de diversos dispositivos (instituições, leis, enunciados científicos, políticas etc.) controlam e normatizam a sexualidade a partir de uma heterossexualidade compulsória. (SAMPAIO; GERMANO, 2014)

Desviar o olhar da suposta homogeneidade, portanto, possibilita que, ao invés de pensarmos em identidades padrão, atentemos para as práticas individuais na construção do

⁵ “Uma forma de dignificação e uma experiência emocionante que atravessava o próprio corpo, subvertendo as inscrições sociais heteronormativas que o tinham constituido. Um despertar e reinscrição na história e na cultura” (tradução nossa)

gênero e da sexualidade. Um processo não menos influenciado pelo meio e pelas referências, mas que é singular e significativo.

Marcelly é um exemplo de como vivências influenciam em escolhas, materializações e, ao fim, trajetórias que se cruzam, se sobrepõem e são atravessadas por outras, além de estarem sempre sofrendo influências e influenciando na mesma medida. Podemos repensar os movimentos sociais através de seus integrantes para colocarmos no centro as particularidades que constroem um todo e, ao invés de concentrarmos forças no sujeito universal utópico e inalcançável, valorizar as subjetividades e trajetórias individuais como força política possível para vitórias coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou, através da trajetória individual da militante Marcelly Malta, pensar o movimento de travestis e transexuais num contexto mais amplo. Marcelly enquanto mulher travesti, do interior do Rio Grande do Sul, profissional do sexo durante boa parte de sua vida, pode, através de sua história de vida, contribuir para mensurarmos os impactos da identidade não reconhecida, das múltiplas possibilidades de existência e materialização do gênero, da violência policial, da prostituição e da epidemia de AIDS na população travesti e transexual. A partir do individual, também podemos refletir no plano teórico a respeito da questão identitária dentro dos movimentos sociais, a necessidade de coesão e coerência nas políticas públicas que não denota as diferentes possibilidades de existência fora da heteronormatividade.

Marcada pela invisibilidade, a população travesti e transexual teve que, a partir desse lugar de marginalização, construir um projeto de cidadania inclusivo, capaz de abranger a multiplicidade de sujeitos. Assim, o papel das vivências é central para a construção de demandas coletivas, embora não universais, que constituem os movimentos sociais, por mais plurais que sejam seus integrantes. A trajetória de Marcelly é significativa por possuir semelhanças com a de muitas outras travestis e transexuais, envolvidas ou não com os movimentos sociais. Dos não-pertencimentos na sociedade e não-reconhecimentos por parte do Estado se constituíram demandas por cidadania fundamentais para a população travesti e transexual e a história de Marcelly é singular, mas representativa de como essas demandas se estabeleceram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **The jew as pariah**. Nova Iorque: Grove Press, 1978.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BÖER, Alexandre (org.) **Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre**. Porto Alegre: Igualdade, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 27-52.

FERNÁNDEZ, Josefina. **Cuerpos desobedientes: travestismo e identidad de género**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** (vol. 1-3). São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MALTA, Marcelly. **História de vida e ação política**. [21 setembro 2015]. Porto Alegre: Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9g341q0rZO8&t=164s>>. Acesso em 16 março de 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - Uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, Florianópolis, p. 541, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012/8865>>.

Acesso em: 16 mar. 2017.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 53-82.

PELÚCIO, Larissa Maués. **Nos Nervos, na Carne, na Pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, 2007.

PERES, William Siqueira. Travestilidades nômade: a explosão dos binarismos e a emergência queering. **Estudos Feministas**, n. 20, v. 2, Florianópolis, maio/ago 2012, p. 539-547.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 290-300, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEFFNER, Fernando. **O jeito de levar a vida**: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SEMPOL, Diego. De los baños a la calle. Historia Del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo (1984-2013). Montevideo: Randon House Mondadori, 2013.

VARTABEDIAN, Julieta. Migraciones trans: travestis brasileñas migrantes trabajadoras del sexo en Europa. **Cadernos Pagu**, n. 42, Campinas, abr. 2016, p. 275-312. ISSN 1809-4449.

Disponível

em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645123>>

Artigo recebido em outubro de 2017. Aprovado em dezembro de 2017